

PARTE I: CONSTITUIÇÃO FEDERAL

1. Constituição Federal, de 5 de Outubro de 1988 14
2. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) 79

PARTE II: CODIFICAÇÕES

1. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil – Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916.....100
2. Código de Processo Civil (CPC) - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015..... 169
3. Código Comercial (CCo) - Lei nº 556, de 25 de junho de 1850.....260
4. Código de Defesa do Consumidor (CDC) - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.....289
5. Código Penal - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940.....303
6. Código de Processo Penal (CPP) - Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.....346
7. Código Tributário Nacional – Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.399
8. Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997....416
9. Código Eleitoral – Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.....458
10. Código Brasileiro de Aeronáutica – Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986. .490
11. Código Florestal – Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.513

PARTE III: ESTATUTOS

1. Estatuto da Terra – Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.....532
2. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.550
3. Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.....583
4. Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.....594
5. Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.601
6. Estatuto do desarmamento – Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.609
7. Estatuto da Igualdade Racial – Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.....614
8. Estatuto da Juventude - Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.619
9. Estatuto da MetrÓpole – Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015.624
10. Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.627
11. Estatuto da primeira infância - Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.642

PARTE IV: SISTEMA NORMATIVO

1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) - Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.....650
2. Regulamentação dos arts. 20 a 30 da LINDB - Decreto nº 9.830, de 10 de junho de 2019.652

3. Elaboração, redação, alteração e consolidação das leis - Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.....655
4. Súmula vinculante (edição, revisão e cancelamento) – Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006.657

PARTE V: DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.....662
2. Licitações e Contratos da Administração Pública - Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.669
3. Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal – Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.....690
4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.....695
5. Lei do Pregão – Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.....698
6. Licitação e Contratação de parceria público-privada – Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.699
7. Consórcios públicos (normas gerais de contratação) – Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.....706
8. Lei de Consórcio - Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008.....708
9. Vedação ao nepotismo – Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010.712
10. Lei Anticorrupção – Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.....713
11. Organizações da sociedade civil - Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.....716

12. Usuário dos serviços públicos – Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.728
13. Simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos – Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017.731
14. Governo Digital – Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021.....734
15. Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.741
16. Exploração de ferrovias ou pátios ferroviários mediante outorga por autorização - Portaria nº 131, de 14 de outubro de 2021, do Ministério de Estado da Infraestrutura MINFRA.776

PARTE VI: DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

1. Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ (alteração legislativa) - Decreto-lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977.782
2. Administração Tributária – Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988.797
3. Identificação dos contribuintes para fins fiscais – Lei nº 8.021, de 12 de abril de 1990.797
4. Medida Cautelar Fiscal - Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992.798
5. Sistema Monetário Nacional – Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.....800
6. Legislação tributária federal – Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996...807

7. Legislação tributária federal (alterada) – Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.....824
8. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.....834
9. Administração Tributária Federal – Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.....849
10. Zonas de Processamento de Exportação – Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007.. 856
11. Créditos tributários da União - Decreto nº 7.574, de 29 de Setembro de 2011. 861
12. Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ (alteração legislativa) – Lei nº 12.973, de 13 maio de 2014.....877

PARTE VII: SEGURIDADE SOCIAL

1. Lei Orgânica da Previdência Social – Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960....900
2. Lei Orgânica da Seguridade Social – Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.....916
3. Planos e seguros privados de assistência à saúde – Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.....935
4. Regulamento da Previdência Social (excertos) – Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.....945
5. Regime de Previdência Complementar - Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 (excertos).961
6. Descumprimento do art. 68 da Lei nº 8.212, pelo RCPN - Instrução Normativa nº 116, de 5 de maio de 2021 do INSS. ... 964

7. Acesso pelos Cartórios de Registro Civil ao SIRC - Portaria nº 901, de 20 de maio de 2021 do INSS.....967

PARTE VIII: DIREITO CIVIL

1. Moeda de pagamento de obrigações exequíveis no Brasil – Decreto-Lei nº 857, de 11 de setembro de 1969.....972
2. Corretor de Imóveis (regulamento da profissão) - Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978.....972
3. Partidos Políticos - Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995.....974
4. Programa Minha Casa, Minha Vida (financiamento de bens de consumo) – Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013.....983
5. CRV, CLA e comprovante de transferência digital - Resolução nº 809, de 15 de dezembro de 2020 do CNT.....988
6. Melhor preparação para o casamento civil - Resolução nº 402, de 28 de junho de 2021, do CNJ.....990
7. Federações de partidos políticos - Resolução nº 23.670, de 14 de dezembro de 2021 do TSE.....991

PARTE IX: DIREITO PENAL

1. Lei das Contravenções Penais – Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941... 996
2. Crimes de Abuso de autoridade - Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019....999
3. Crime de responsabilidade de prefeitos e vereadores – Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967..... 1002

- | | |
|--|---|
| <p>4. Crimes de preconceito de raça ou de cor – Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989... 1004</p> <p>5. Crimes hediondos – Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990..... 1005</p> <p>6. Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo – Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990..... 1006</p> <p>7. Crimes contra a ordem econômica – Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991. 1008</p> <p>8. Crimes de Tortura – Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997..... 1009</p> <p>9. Crimes Ambientais – Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998..... 1009</p> <p>10. Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006..... 1015</p> <p>11. Lei de Tóxicos – Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. 1021</p> <p>12. Crime Organizado – Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. 1032</p> <p>13. Direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência – Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. 1036</p> | <p>4. Lei de Execução Penal - Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. 1046</p> <p>5. Ação civil pública – Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985..... 1061</p> <p>6. Prisão temporária – Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989. 1062</p> <p>7. Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Estadual – Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. 1063</p> <p>8. Lei da Arbitragem – Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996..... 1069</p> <p>9. Habeas data – Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997..... 1073</p> <p>10. Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal - Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001..... 1074</p> <p>11. Alimentos Gravídicos - Lei nº 11.804, de 5 de novembro de 2008. 1076</p> <p>12. Identificação criminal - Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009. 1076</p> <p>13. Política Judiciária Nacional – Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, do CNJ. 1077</p> <p>14. Processo e julgamento da representação interventiva perante o STF – Lei nº 12.562, de 23 de dezembro de 2011. 1081</p> <p>15. Investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia – Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013..... 1082</p> <p>16. Mandados de injunção individual e coletivo – Lei nº 13.300, de 23 de junho de 2016. 1082</p> |
|--|---|

PARTE X: DIREITO PROCESSUAL

- | | |
|--|--|
| <p>1. Ação Popular – Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965. 1042</p> <p>2. Prisão especial – Lei nº 5.256, de 6 de abril de 1967..... 1044</p> <p>3. Ação de Alimentos - Lei nº 5.478, de 25 de Julho de 1968. 1044</p> | <p>15. Investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia – Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013..... 1082</p> <p>16. Mandados de injunção individual e coletivo – Lei nº 13.300, de 23 de junho de 2016. 1082</p> |
|--|--|

PARTE XI: DIREITO AGRÁRIO E AMBIENTAL

1. Direito Agrário – Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966..... 1086
2. Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. 1088
3. Política Nacional dos Recursos Hídricos - Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997..... 1093
4. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. 1098
5. Fórum Nacional de conflitos fundiários rurais e urbanos - Portaria nº 491, de 11 de março de 2009 do CNJ..... 1105
6. Compensação de Reserva Legal - Instrução Normativa nº 05, de 19 de maio de 2016, do ICMB. 1105
7. Demolição de imóveis da União - Instrução Normativa nº 208, de 29 de outubro de 2019 conjunta do Ministério da Economia/Secretaria de coordenação e governança do Patrimônio da União.. 1108
8. Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais - Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021..... 1110
9. Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir) - Instrução Normativa RFB Nº 2.008, de 18 de fevereiro de 2021..... 1114
10. Emissão de Cédula de Produto Rural - Decreto nº 10.828, de 1 de outubro de 2021..... 1119
11. Destinação de imóveis em Projetos de Assentamento de reforma agrária - Instrução Normativa nº 107, de 18 de outubro de 2021, do INCRA. 1119

12. Anuência do uso de áreas em projetos de assentamento do Incra, por atividades ou empreendimentos minerários, de energia e de infraestrutura - Instrução Normativa INCRA nº 112, de 22 de dezembro de 2021..... 1122

PARTE XII: DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

1. “Lei da Usura” (Juros dos contratos) - Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933..... 1130
2. Distribuição Gratuita de Prêmios - Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971.1130
3. Distribuição Gratuita de Prêmios (regulamento) - Decreto nº 70.951, de agosto de 1972. 1134
4. Fundo de Defesa de Direitos Difusos – Decreto nº 1.306, de 9 de novembro de 1994..... 1141
5. Lei de Biossegurança – Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005..... 1142

PARTE XIII: DIREITO SOCIETÁRIO E EMPRESARIAL

1. Lei do Mercado de Capitais - Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965..... 1150
2. Dissolução de sociedades civis de fins assistenciais – Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966..... 1160
3. Política Nacional de Cooperativismo – Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971..... 1161
4. Intervenção e Liquidação Extrajudicial - Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974..... 1170

5. Lei das Sociedade por Ações (LSA) - Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976..... 1175
6. Cooperativas Sociais – Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999. 1216
7. Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência - Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. 1217
8. Estatuto Nacional da Microempresa e da EPP - Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. 1249
9. Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007.1277
10. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011. 1280
11. Tratamento favorecido das microempresas, EPPs e relacionadas – Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015..... 1294
12. Estatuto Jurídico da Empresa Pública e da Sociedade de Economia Mista – Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. 1297
13. Estatuto Jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e de suas subsidiárias (regulamento) – Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.1313
14. Declaração de Direitos de Liberdade Econômica - Lei nº 13.874, de 20 de Setembro de 2019. 1324
15. Facilitação para abertura de empresas - Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.. 1330

PARTE XIV: DIREITOS INTELECTUAIS E TUTELA DA INFORMAÇÃO

1. Lei de proteção à propriedade intelectual - Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. 1346
2. Lei de Proteção de Cultivares - Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997. 1362
3. Propriedade intelectual de programa de computador - Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. 1367
4. Lei de Direitos Autorais - Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. 1369
5. Lei de Acesso à informação – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011..... 1379
6. Marco Civil da Internet – Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014..... 1384
7. Direito de resposta ou retificação do ofendido – Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015..... 1388
8. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. 1389

PARTE XV: DIREITO INTERNACIONAL E MIGRAÇÃO

1. Convênio de Cooperação Judiciária com o Reino da Espanha (promulgação) - Decreto nº 166, de 3 de julho de 1991.... 1404
2. Pacto de São José da Costa Rica (promulgação) – Decreto 678, de 6 de novembro de 1992. 1404
3. Tratado sobre Cooperação Judiciária com a República Italiana (promulgação)

- Decreto nº 862, de 9 de julho de 1993.
1404
- 4. Convenção Interamericana sobre Normas Gerais de D. Int. Privado (promulgação) – Decreto nº 1.979, de 9 de agosto de 1996. 1404
- 5. Estatuto da Conferência da Haia de D. Int. Privado (promulgação) – Decreto nº 3.832, de 1º de junho de 2001. 1405
- 6. Convenção Interamericana para a Eliminação de Discriminação contra Deficientes (promulgação) – Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. 1405
- 7. Acordo de Cooperação Civil com o Governo da República Francesa (promulgação) – Decreto nº 3.598, de 12 de setembro de 2002. 1405
- 8. Acordo de Cooperação entre o Mercosul, a Bolívia e o Chile (promulgação) - Decreto nº 6.891, de 2 de julho de 2009.
1406
- 9. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) – Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. 1406
- 10. Convenção de Haia (promulgação) – Decreto nº 148, de 6 de julho de 2015....
1407
- 11. Lei de Migração - Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. 1407
- 12. Sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas - Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019. 1417